



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

A Historiografia Econômica de Gênero: algumas considerações

The Economic Historiography of Gender: some Considerations

Perla Daniele Costa Carreiro; Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Mestranda;

perla.daniele@discente.ufma.br

Luiz Eduardo Simões de Souza; Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – PPGDSE, PPGHIS;

luiz.souza@ufma.br

RESUMO: A historiografia econômica de gênero é uma área de estudos em constante evolução, que tem ganhado importância nos últimos anos no mundo, no Brasil e no Maranhão. No mundo, destacam-se as pesquisas sobre a inserção feminina no mercado de trabalho e a análise das desigualdades de gênero nas relações trabalhistas e empresariais. No Brasil, a historiografia econômica de gênero tem se concentrado na análise do operariado feminino, suas condições de trabalho e suas formas de resistência. No Maranhão, há algumas pesquisas que trazem importantes reflexões sobre a história das mulheres trabalhadoras, contribuindo para a compreensão das desigualdades de gênero e para a valorização do papel das mulheres na construção do desenvolvimento econômico e social do estado. O aprofundamento desses estudos, com a adoção de abordagens mais críticas e interseccionais, pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Historiografia; História Econômica; Trabalho Feminino, História das Mulheres.

The economic historiography of gender is an area of study in constant evolution, which has gained importance in recent years in the world, in Brazil and in Maranhão. In the world, research on the female insertion in the labor market and the analysis of gender inequalities in labor and business relations stand out. In Brazil, the economic historiography of gender has focused on the analysis of female workers, their working conditions and their forms of resistance. In Maranhão, there are some studies that bring important reflections on the history of working women, contributing to the understanding of gender inequalities and to the appreciation of the role of women in the construction of the economic and social development of the state. The deepening of these studies, with the adoption of more critical and intersectional approaches, can



contribute to the construction of a more just and egalitarian society.

Keywords: Historiography; Economic History; Women's Work; Women's History.

1. Introdução

A historiografia econômica de gênero é um campo de estudos crucial para a compreensão das desigualdades de gênero na economia, que refletem estruturas de poder e privilégios historicamente consolidados. A crescente participação feminina no mercado de trabalho e a precarização do trabalho têm evidenciado a necessidade de se compreender a história do trabalho das mulheres e as formas como as relações de gênero se entrelaçam com as relações econômicas.

Nesse sentido, buscamos apresentar reflexões críticas sobre a historiografia econômica de gênero no mundo, no Brasil e no Maranhão, analisando a inserção feminina no mercado de trabalho, as desigualdades nas relações trabalhistas e empresariais, a resistência das mulheres trabalhadoras e suas lutas por direitos e igualdade de gênero. Além disso, é fundamental reconhecer as diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras, em especial aquelas que são atravessadas por questões de raça, classe e sexualidade. Nesse sentido, apresentamos também reflexões sobre as interseccionalidades de gênero, ampliando o olhar sobre as histórias das mulheres trabalhadoras.

2. Mundo

A historiografia econômica de gênero é um campo de estudo que tem como objetivo investigar as relações entre gênero e economia, buscando compreender como as estruturas econômicas foram afetadas pelas relações de gênero ao longo do tempo. A análise do trabalho feminino, em particular, tem sido um tema recorrente nesse campo de estudo.

Os estudos sobre o trabalho feminino remontam ao final do século XIX, quando a industrialização estava em pleno andamento em muitos países. Nesse contexto, a crescente demanda por mão de obra levou muitas mulheres a ingressar no mercado de trabalho. No entanto, as condições de trabalho eram frequentemente precárias e os



**XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas**
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**

salários eram muito baixos.



Friederich Engels foi um dos primeiros autores a analisar o trabalho feminino em fábricas, destacando as condições insalubres a que as mulheres eram submetidas e a exploração a que eram submetidas pelos empregadores, com o surgimento do materialismo histórico, passou a ser reconhecida a importância de compreender as raízes históricas da opressão feminina como elementos cruciais de análise, A Ideologia Alemã, obra de Engels e Marx, aborda essa concepção ao afirmar que "a primeira divisão do trabalho é aquela existente entre o homem e a mulher para a procriação". No entanto, foi em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado* (1884) que Engels aprofundou-se ainda mais no tema e realizou uma análise sobre a relação entre o surgimento da primeira forma de propriedade privada e a subordinação da mulher (Engels, 2019, p.54-55).

A primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura te nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada [...].

Desde então, muitos outros estudos foram realizados sobre o tema. A historiografia tradicional relegou às mulheres lugares secundários. Isso se deu por uma concepção de espaço público como algo predominantemente ou hegemonicamente masculino nos estudos, outro fator notável é falta ou quase inexistência de registros de informações, que apelavam para estereótipos estigmatizantes (PERROT, 1989), estereótipos e preconceitos que ao longo da história humana com base patriarcal foram dirigidos às mulheres por conta do seu gênero, ou que poderíamos chamar de sexismo, são representações e atitudes completamente negativas, assim como práticas discriminatórias as mulheres em seu ambiente de trabalho.

Rachel Soihet (1989, p.15) destaca que as mulheres foram historicamente destinadas à esfera privada, o que resultou em sua ausência nas atividades consideradas relevantes para o registro e conhecimento das gerações futuras. Essa divisão de papéis e atribuições baseada no gênero resultou em uma marginalização das experiências, contribuições e vozes das mulheres na história.

O apagamento das mulheres da narrativa histórica contribui para a reprodução das desigualdades de gênero, limitando o entendimento completo do passado e



perpetuando estereótipos e hierarquias de poder. É essencial, assim, reconhecer o crescente movimento de resgate e valorização da história das mulheres. Esforços têm sido feitos para ampliar a perspectiva histórica, trazendo à tona as vozes e experiências das mulheres que foram historicamente silenciadas. Através de pesquisas, estudos e iniciativas de preservação da memória, busca-se preencher as lacunas e resgatar a importância das mulheres nas diversas esferas da sociedade. Essa reavaliação histórica é fundamental para a construção de uma narrativa mais inclusiva, que reconheça a contribuição das mulheres e promova a igualdade de gênero. Ao dar visibilidade às histórias das mulheres, estamos não apenas corrigindo uma injustiça histórica, mas também enriquecendo nossa compreensão coletiva do passado e promovendo uma sociedade mais igualitária no presente e no futuro.

A historiografia econômica de gênero tem se concentrado em questões como a relação entre o trabalho das mulheres e a economia doméstica, a segregação ocupacional de gênero, o impacto da tecnologia no trabalho feminino e a luta das mulheres por igualdade salarial e direitos trabalhistas. Hobsbawm (2000c, p. 45) afirma que a produção de algodão foi a primeira a se industrializar e se beneficiar do comércio marítimo atlântico, importando matéria-prima das regiões "tropicais ou subtropicais". A necessidade de mão de obra na indústria têxtil inglesa levou à contratação de mulheres e crianças, devido à disponibilidade de mão de obra barata. Essas trabalhadoras complementavam a renda familiar ao se submeterem ao trabalho industrial. De acordo com Hobsbawm (2000c, p. 64), a relutância do homem inglês em se submeter à "disciplina da mecanização" também contribuiu para a inserção da mão de obra feminina na indústria. Além disso, as mulheres eram frequentemente submetidas a salários mais baixos do que os homens, mesmo quando desempenham as mesmas funções. Segundo E. P. Thompson (1987, p. 170), durante o início da década de 1830, ao analisar a classe trabalhadora inglesa, a força de trabalho adulta na indústria têxtil do Reino Unido alcançou a marca de 191.671 pessoas, das quais 102.812 eram mulheres e apenas 88.859 eram homens. De maneira semelhante, Hobsbawm (2000c) constatou que, em 1838, do total de trabalhadores empregados nas fábricas de tecidos na Inglaterra, 23% eram homens e 77% eram mulheres e crianças. Os dados estatísticos mencionados por Thompson e Hobsbawm evidenciam o predomínio da mão de obra feminina na indústria



têxtil inglesa. De acordo com Hobsbawm (2000c), a indústria têxtil do Reino Unido teve um papel fundamental na acumulação de capital, principalmente devido à rápida mecanização e ao uso extensivo de mão de obra barata composta por mulheres e adolescentes. Isso permitiu uma transferência significativa dos rendimentos do trabalho para o capital, resultando em uma lucratividade considerável para os empregadores. Durante o período de 1820 a 1845, o produto líquido industrial aumentou em cerca de 40% em valor corrente, enquanto a folha de pagamento teve um crescimento de apenas 5%. Esses fatos evidenciam a desvalorização monetária da mão de obra feminina na indústria têxtil inglesa

[...] é quase certo que a fabricação do algodão contribuía mais para a acumulação de capital que outras, ao menos porque a rápida mecanização e uso generalizado de mão-de-obra barata (de mulheres e adolescentes) permitia uma elevada transferência dos rendimentos do trabalho para o capital. De 1820 a 1845, o produto líquido industrial cresceu cerca de 40% (em valor corrente) e sua folha de pagamento em apenas 5%.
(HOBSBAWM, 2000c, 2015)

No entanto, as mulheres não aceitavam essas condições passivamente. Em muitos casos, elas se envolviam em lutas por seus direitos, como greves e formação de sindicatos. Um exemplo importante de luta das mulheres trabalhadoras foi a greve das tecelãs de Lowell em 1834, em Lowell, Massachusetts, nos Estados Unidos. Essa greve, liderada por mulheres, foi um dos primeiros exemplos de organização sindical feminina, e as tecelãs conseguiram algumas melhorias nas condições de trabalho.

Ao longo do tempo, as condições de trabalho das mulheres foram melhorando, em parte devido às lutas das próprias mulheres, mas também graças a mudanças nas leis trabalhistas e na cultura empresarial. No entanto, ainda há muitas desigualdades de gênero no mundo do trabalho, e a historiografia econômica de gênero continua sendo um campo de estudo importante para entender e combater essas desigualdades.

Uma área de pesquisa em crescimento na historiografia econômica de gênero é o estudo da dupla jornada de trabalho feminina. Ainda é comum que as mulheres sejam responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com a família, além de trabalharem fora de casa. Isso gera uma sobrecarga de trabalho que pode afetar a saúde e o bem-estar das mulheres. Alguns estudos têm se concentrado em entender como essa divisão do



trabalho afeta a participação das mulheres no mercado de trabalho e em outras esferas da vida social.

Outro tema relevante é o impacto da globalização na economia feminina. A globalização trouxe mudanças significativas na forma como as empresas operam e na estruturação do mercado de trabalho. Algumas pesquisas sugerem que essas mudanças têm afetado as mulheres de maneiras diferentes dos homens, levando a novas formas de segregação ocupacional e exploração.

3. América Latina e Brasil

Na historiografia econômica de gênero na América Latina e no Brasil, os estudos sobre o operariado feminino têm sido particularmente importantes. A partir da década de 1970, as pesquisas sobre as mulheres trabalhadoras se intensificaram e passaram a focar as diversas formas de inserção feminina no mercado de trabalho.

Marta Lamas e Carmen Escandón. Ambas são importantes pesquisadoras que contribuíram para o avanço dos estudos feministas no México, tornando-se influentes na América Latina. Lamas é reconhecida por sua pesquisa pioneira na teoria de gênero, enquanto Escandón tem como principal interesse de pesquisa a história das mulheres na América Latina. Suas obras (ESCANDÓN, 1981 e 1996; e LAMAS, 1998, 1999 e 2018) são referências importantes para quem busca entender as desigualdades de gênero na região e a luta por direitos iguais para mulheres.

A obra de Eva Blay e Lúcia Avelar, *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile* (2019) explora e analisa o movimento feminista nas três nações sul-americanas ao longo dos últimos 50 anos, reunindo, através das visões de estudiosas sobre as questões sociais, históricas e demográficas da região, uma visão abrangente da luta feminista e das conquistas alcançadas pelas mulheres nesses países. O livro examina predominantemente as transformações sociais, políticas e culturais que ocorreram nas últimas cinco décadas e seu impacto no movimento feminista, mas também lança sua rede mais longe na história. Aborda uma ampla gama de temas, incluindo igualdade de gênero, direitos reprodutivos, violência contra as mulheres, participação política e representação feminina. Por meio de análises e reflexões críticas, o livro também destaca as diversidades e complexidades do feminismo em cada país, levando em



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

consideração as diferenças históricas, culturais e políticas que moldaram os movimentos feministas em cada contexto. 50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile oferece uma contribuição valiosa para o estudo do feminismo na América Latina, fornecendo uma compreensão mais profunda das lutas, desafios e avanços das mulheres nesses três países ao longo do tempo.



Um exemplo de produção consistente na historiografia econômica e social de gênero na América Latina é dado por Dora Barrancos. Barrancos apresenta sua visão sobre essa luta na Argentina, durante a década de 1910, quando ocorreram diversas manifestações e paralisações protagonizadas por mulheres em diferentes setores industriais. Essas mobilizações evidenciaram a participação ativa das mulheres trabalhadoras e sua luta por melhores condições de trabalho e direitos laborais (BARRANCOS, 2007). O movimento feminista é intrínseco ao contexto histórico da Argentina "moderna", no final do século XIX e início do século XX. Nessa sociedade, as mulheres tinham papéis além das responsabilidades tradicionais de cuidar da família e servir aos maridos, manifestaram opiniões e influência na vida política. No entanto, apesar de suas contribuições, elas não foram devidamente reconhecidas e permaneceram distantes dos direitos de cidadania (BARRANCOS, 2007). O atraso da indústria têxtil estava relacionado às características que seu desenvolvimento havia assumido desde 1870. O crescimento do setor havia começado cedo graças à alta proteção concedida à confecção e à malharia. Constatou-se que entre 1870 e 1890 houve forte substituição de importações, estimulada pela chegada de mão-de-obra qualificada e acompanhada de mudanças significativas na organização da produção e inovações técnicas relacionadas à introdução da máquina de costura. Em 1914, a indústria de vestuário estava firmemente estabelecida; 7.081 estabelecimentos com investimento superior a 100 milhões de pesos e 58.000 trabalhadores empregados.

Essa massa de trabalhadoras da indústria têxtil desenvolveria uma propensão para atividades sindicais e ações dentro da *Asociación Obrera Têxtil*. Outras atividades relacionadas ao setor têxtil foram as diversas fontes de confecção, que registraram um crescimento exponencial na contratação de mulheres no período. Durante as décadas de 1930 e 1940, o negócio de fabricação de vestuários expandiu-se consideravelmente, possivelmente aumentando em cerca de 60% até o final da década de 1940. Uma proporção significativa dessa produção era realizada por mulheres. De fato, a confecção, em suas várias manifestações, absorveu mais da metade da força de trabalho feminina (BARRANCOS, 2007).

Durante o Peronismo (1940 - 1970), a industrialização atraiu um número considerável de trabalhadores de ambos os sexos para o setor industrial, que adotou



medidas para promover uma integração nas esferas fabril, familiar e comunitária. É evidente que havia uma clara preferência para que mulheres casadas se dedicassem ao âmbito doméstico. Nesse contexto, é notável a maior predisposição das trabalhadoras da indústria têxtil para se engajarem sindicalmente dentro da *Asociación*, na qual estavam representadas militantes do Partido Comunista, como Dora Genkin e Antonia Banegas, que se destacaram por suas reivindicações e sua perseverança em melhorar as condições de vida das trabalhadoras. Outros segmentos relacionados às atividades de fiação experimentaram um crescimento exponencial no recrutamento de mão de obra feminina. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, as empresas dirigidas para a fabricação de diversos tipos de vestuário expandiram-se significativamente, possivelmente com um incremento em torno de 60% no final da década de 1940, e uma parcela considerável dessa produção estava sob responsabilidade das mulheres. O setor de confecção, em suas modalidades distintas, absorveu 54% da força de trabalho feminina. Estudos apontavam que promover o setor era uma forma de proteção social e moral que permitia “ajudar as mulheres a sustentar suas famílias por meio do bordado” (BARRANCOS, 2007, p. 204). A indústria de confecção de roupas havia se enraizado profundamente, enquanto a situação das fiações e tecelagens permanecia diferente. Isso destaca o crescimento inicial e a consolidação da indústria de vestuário em contraste com outros setores, mostrando a importância da mão de obra qualificada e dos avanços tecnológicos para impulsionar seu desenvolvimento (BELINI, 2008). Assim, pode-se interpretar a formação do operariado feminino na Argentina a partir de particularidades que o caracterizam dentro não apenas de relações sociais produtivas restritas a questões de formação ou idade, mas também de gênero. A herança argentina, assim, nesse campo, deriva de uma matriz ligada à relação com a posse fundiária e dos demais meios produtivos que estende sua predação à questão de gênero, em analogia às ideias sugeridas por Engels, em seus estudos seminais.

No Brasil, um marco importante foi a publicação do livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Heleieth Saffioti, em 1969. Saffioti foi uma das pioneiras na análise das relações de gênero na sociedade brasileira e seu livro é considerado uma referência para os estudos de gênero no país. Um exemplo de segregação ocupacional de gênero pode ser visto nas indústrias têxteis, onde a maioria



dos trabalhadores era composta por mulheres. Saffioti (2013) sugere que a alta utilização da mão de obra feminina na indústria têxtil pode ser explicada pela absorção de mulheres que antes trabalhavam de forma autônoma, como costureiras, além da associação social das mulheres com atividades relacionadas ao âmbito doméstico, como a costura. Além disso, no início da industrialização, as mulheres eram consideradas mais adequadas para trabalhos manuais e minuciosos, e eram utilizadas como uma forma de rebaixar o nível geral dos salários, muitas vezes alocadas em atividades que exigiam menor conhecimento técnico e em condições precárias de trabalho.

Em relação ao operariado feminino, as pesquisas passaram a dar mais destaque às experiências das trabalhadoras, às suas estratégias de resistência e às formas de organização que elas construíram. Entre as décadas de 1970 e 1990, a historiografia econômica de gênero passou por uma diversificação e incorporação de novos temas, incluindo a relação entre gênero e desenvolvimento, a história das mulheres trabalhadoras rurais e a análise dos movimentos feministas. Nesse contexto, figuras importantes como Rose Marie Muraro, escritora, filósofa, educadora e ativista feminista brasileira, surgiram e deixaram um legado significativo no movimento feminista brasileiro. Muraro defendeu, por meio de estudos e pesquisas, a legitimidade da igualdade comportamental entre os gêneros como parte de uma construção social razoável, e se tornou uma precursora do movimento feminista brasileiro.

4. Maranhão

A historiografia maranhense sobre as origens do operariado feminino, a partir da segunda metade do século XIX, é um campo ainda pouco explorado, mas já existem alguns estudos que têm contribuído para a compreensão da história das mulheres trabalhadoras no estado.

Desde meados do século XIX, a instalação das unidades fabris têxteis no Maranhão representou um momento de transformação econômica e social. Essas fábricas foram responsáveis por impulsionar o desenvolvimento industrial na região, contribuindo para a diversificação da economia e o crescimento urbano. No entanto, os benefícios desse processo não foram igualmente distribuídos, especialmente para as mulheres trabalhadoras.



A presença predominante das mulheres no setor têxtil maranhense refletia a sua situação social e econômica. Muitas delas eram provenientes das camadas mais pobres da população, sem acesso a outras formas de sustento. A indústria têxtil se tornou uma alternativa para essas mulheres, que buscavam sobreviver e prover suas famílias em um ambiente de grandes desigualdades sociais.

No entanto, o trabalho nas fábricas têxteis era marcado por condições extremamente precárias. Além das longas jornadas e dos baixos salários, as operárias enfrentavam um ambiente de abuso e exploração. Os relatos de maus-tratos e assédio eram frequentes, revelando a vulnerabilidade e a falta de proteção enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras.

A falta de moradia adequada também afetava a vida das operárias têxteis. Muitas vezes, eram oferecidos alojamentos precários pelas empresas, tornando as condições de vida ainda mais difíceis. Essa dependência do sistema fabril, tanto em termos de trabalho quanto de moradia, contribuía para a perpetuação do ciclo de exploração e desvalorização das trabalhadoras.

Além das adversidades enfrentadas, as mulheres trabalhadoras do setor têxtil também encontravam dificuldades no acesso à educação e no convívio com suas famílias. A falta de instrução formal limitava suas oportunidades de crescimento pessoal e profissional, enquanto a conciliação das responsabilidades familiares com o trabalho nas fábricas se mostrava um desafio constante.

Os estudos realizados sobre o operariado feminino no Maranhão oferecem uma importante contribuição para compreender a história do trabalho das mulheres e a luta por direitos laborais e igualdade de gênero. Ao ampliar a pesquisa nessa área, é possível trazer à tona histórias individuais e coletivas, explorar estratégias de resistência e evidenciar a importância da participação das mulheres na construção da sociedade maranhense. Essa busca por conhecimento histórico é fundamental para valorizar o papel das mulheres trabalhadoras e promover a igualdade de oportunidades no presente e no futuro.

A economia maranhense interage e tem seu reflexo nos contextos históricos brasileiro e mundial. Os ciclos do algodão maranhense viram o surgimento de indústrias fabris no Estado, as quais acompanharam o desempenho das exportações primárias, de



alguma forma, em seu desenvolvimento e decadência (VIVEIROS, 2014). Segundo Melo (1990, p. 34):

A desorganização definitiva da grande exploração algodoeira, em razão da abolição do trabalho escravo, levou os detentores dos capitais a buscar como alternativa de acumulação, a atividade industrial têxtil. Contavam, para isso, com condições especiais de matéria-prima, disponibilidade de capital e, em certa medida, existência de uma população urbana relativamente significativa, além da tecnologia têxtil encontrar-se à disposição do mercado internacional.

Nos últimos vinte anos do século XIX, instalaram-se várias unidades fabris têxteis no Maranhão. A indústria têxtil recebeu recursos do capital comercial, capitalizados por um sistema de financiamento abastecido pelas casas de exportação. Em regiões mais afastadas, como Caxias e Codó, os aportes vieram diretamente dos proprietários fundiários, estreitamente relacionados com a rede comercial que se estabelecia pela região (ANDRADE, 2010).

A formação da força de trabalho da indústria fabril maranhense acompanha a inserção da população liberta das relações escravistas, em seu caráter desprovido de qualquer posse ou usufruto dos meios produtivos, tendo apenas sua capacidade laborativa para assegurar seu sustento. Nesse contingente, encontravam-se mulheres, em sua grande maioria ex-escravas ou filhas de escravas. *O Bater dos Panos*, de Maria Cristina Pereira de Melo, dissertação de mestrado publicada em 1990, aborda em detalhe a Fábrica Santa Efigênia, que teve suas atividades entre 1880 e 1960 no estado.

O trabalho de Melo oferece, para além dos dados da própria empresa e de interpretações das fontes supracitadas, algumas informações adicionais, ligadas aos depoimentos de ex-trabalhadores, além do acervo familiar dos proprietários. Segundo Melo (1990), chegavam a 70% do total das trabalhadoras fabris em uma das maiores indústrias da época, o que mostra um indicador relevante para induzir-se que nas demais, o percentual não fosse muito diferente. Em alguns jornais é possível encontrar relatos a respeito das operárias de São Luís, em condições de precariedade – longas jornadas de trabalho, salários baixos e, principalmente, maus-tratos e assédio (que essas mulheres sofriam constantemente).

Outra pesquisadora que tem se dedicado ao estudo da história do operariado feminino no Maranhão, é Maria da Glória Correia, com o trabalho *Nos fios da trama*:



Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. Nele, a autora analisou as condições de trabalho das operárias do setor têxtil no Maranhão, focando suas estratégias de resistência e suas formas de organização. Boa parte do operariado compunha-se da população mais pobre dos centros urbanos, e alguns poucos imigrantes ficavam responsáveis pelo trabalho com especialização, observando-se mecanismos de superexploração de toda ordem possível, com concessão de moradia e sistemas de adiantamento pecuniário ou em mercadorias, que tornavam o trabalhador industrial dependente do sistema fabril. Eram comuns os abusos e desrespeitos por parte de patrões, chefes imediatos e companheiros de trabalho. As condições de moradia, de trabalho, a instrução dessas trabalhadoras, o convívio com a família, especialmente com os filhos, compromete seu enquadramento no modelo burguês (CORREIA, 2006).

Apesar do ainda incipiente desenvolvimento da historiografia maranhense sobre o tema, esses estudos já oferecem importantes contribuições para o conhecimento da história do trabalho das mulheres no estado e indicam a necessidade de ampliação das pesquisas sobre o tema.

5. Algumas Considerações

A historiografia econômica de gênero é um campo de estudos fundamental para a compreensão das desigualdades de gênero no sistema capitalista, que se revelam como uma das principais formas de opressão e exploração do trabalho humano. A crescente participação feminina no mercado de trabalho e a precarização do trabalho têm sido impulsionadas pelas necessidades do capital, que busca garantir sua acumulação através da intensificação do trabalho e do rebaixamento de salários e condições de vida.

Assim, é relevante a análise das formas como as relações de gênero se entrelaçam com as relações de produção e como a luta das mulheres trabalhadoras se insere na luta geral contra a exploração e a opressão. A observação analítica e crítica de fenômenos como a divisão sexual do trabalho, a exploração das mulheres no trabalho doméstico, as desigualdades de gênero nas relações trabalhistas e empresariais, as lutas e resistências do operariado feminino, bem como estudos que buscam apontar caminhos para a superação do sistema capitalista e da opressão de gênero tem como objetivo



contribuir para a construção de uma perspectiva crítica e revolucionária sobre a história do trabalho das mulheres e a luta por uma sociedade livre da opressão e da exploração.

Também é relevante afirmar que trata-se de um campo de estudos que tem recebido crescente atenção acadêmica e reconhecimento nos últimos anos. A necessidade de compreender as desigualdades de gênero que ainda subsistem na economia tem evidenciado a necessidade de maiores pesquisas sobre a história das mulheres trabalhadoras, tornando esse um campo essencial para o entendimento do desenvolvimento econômico e social das sociedades.

A historiografia econômica de gênero no mundo tem seguido diversas direções e abordagens, destacando-se a análise das formas de resistência das mulheres trabalhadoras, a exploração de dados quantitativos para entender a inserção feminina no mercado de trabalho e a análise das desigualdades de gênero nas relações trabalhistas e empresariais. No Brasil, ela tem se concentrado principalmente em estudos sobre a história do trabalho feminino, com destaque para a análise do operariado feminino, suas condições de trabalho e suas formas de resistência. Embora ainda haja muitos desafios a serem enfrentados no campo da igualdade de gênero no mercado de trabalho, as pesquisas nessa área têm contribuído para a conscientização da sociedade e para a adoção de políticas públicas mais efetivas. No Maranhão, ainda é um campo em desenvolvimento, mas já existem algumas pesquisas que têm trazido importantes reflexões sobre a história das mulheres trabalhadoras no estado.

Trata-se de um campo em constante evolução e que tem muito a contribuir para a compreensão da história do trabalho das mulheres e das relações de gênero na economia. A historiografia econômica de gênero também nos leva a refletir sobre a construção social das categorias de trabalho feminino e masculino. Ao longo da história, as mulheres foram frequentemente direcionadas a ocupações consideradas "adequadas" para o seu gênero, muitas vezes associadas ao cuidado, à reprodução e ao trabalho doméstico. Essa divisão do trabalho perpetua estereótipos de gênero e limita as oportunidades e o reconhecimento das mulheres em diversas áreas profissionais.

Ao analisar a história do trabalho das mulheres, é importante destacar as resistências e as lutas por direitos e igualdade de gênero. As mulheres trabalhadoras têm



desempenhado um papel fundamental na transformação social, organizando-se em sindicatos, movimentos feministas e coletivos de luta. Suas demandas vão desde a igualdade salarial e melhores condições de trabalho até a ampliação das licenças maternidade e paternidade, a valorização do trabalho doméstico e o combate à violência de gênero no ambiente de trabalho.

Dessa forma, o trânsito nos estudos historiográfico-econômicos de gênero nos convida a repensar as estruturas econômicas e sociais que perpetuam as desigualdades de gênero. Por meio do estudo das experiências das mulheres trabalhadoras, podemos compreender as raízes históricas das desigualdades de gênero e, ao mesmo tempo, promover a reflexão para as ações visando sua mudança.

Referências Bibliográficas

BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la Sociedad Argentina: Una Historia de Cinco Siglos*, Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

BELINI, cláudio; *Una época de cambios: la industria textil argentina entre dos crisis, 1914-1933*; *Estudios Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXIV, n. 2, p. 31-48, dezembro de 2008.

BLAY, Eva e AVELAR, Lúcia (orgs); *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*, EDUSP, São Paulo, 2019.

CORREIA, Maria. *Nos Fios da Trama: quem é essa mulher? Cotidiano e Trabalho do Operariado Feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís: EDUFMA, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 4a. reimpressão, 2020 (1845).

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019 (1884).

ESCANDÓN, Carmen R. *Quinientos años de olvido: historiografía e historia de la mujer en México*. *Secuencia, nueva época*, núm. 36, set. 1996 pp, 121-150.

ESCANDÓN, Carmen R. *Working Class Formation and the Mexican Textile Industry: 1880-1912*; Ph.D. diss., State University of New York at Stony Brook, 1981.

HOBBSAWM, E. J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LAMAS, Marta. *La perspectiva de género*. In *Revista de Educación y Cultura de la sección*, v. 47, p. 216-229, 1996.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

LAMAS, Marta. Miradas feministas sobre las mexicanas del siglo XXI. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

MELO, Maria. O Bater dos Panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960). São Luís: Sioge, 1990.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Florianópolis: Edusc, 2005 (1989).

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (1969).

SOIHET, Rachel. Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 - 1920. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

THOMPSON E. P. A formação da Classe operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 volumes, 1987.

VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão. São Luís: ACMA, 3 volumes, 2014 (1953).